

Dilemas da produção científica na “sociedade do conhecimento”: o colapso da realidade no empírico e a interdição da ontologia

Regina Célia Linhares Hostins

Resumo:

O artigo discute a relação sujeito/sociedade/conhecimento examinando como tal relação permeia os paradigmas contemporâneos da “sociedade do conhecimento” cuja premissa básica faz prevalecer a empiria e a utilidade instrumental do conhecimento, expurgando a teoria e interditando qualquer cogitação ontológica. Parece apropriado pensar a natureza dessa relação, notadamente na Educação, que se vê influenciada pelo movimento gradativo de supressão da teoria nas pesquisas educacionais e de favorecimento da formação de competências práticas. Em uma inversão de prioridades, no lugar da “sociedade do conhecimento”, pergunta-se como conhecer a sociedade buscando, nas contribuições de Thompson, Bhaskar e Luckács, os princípios teórico-metodológicos para compreender a questão.

Palavras-chave: Sociedade do conhecimento; Ontologia, Empirismo; Teoria do conhecimento.

Professora da Universidade do Vale do Itajaí.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

Pesquisadores em Ciências Humanas e Sociais usualmente se colocam diante de dilemas ao examinar acontecimentos complexos como o processo histórico e a vida social. Seus esforços teórico-metodológicos, se não observada a necessária vigilância ontológica e epistemológica, podem resultar num apego espontâneo e instrumental às aparências, ou revelar uma construção abstrata de hipóteses autoconfirmadoras que dispensam o controle empírico.

Hoje, particularmente num momento em que impera um ceticismo epistemológico e um pragmatismo exacerbado propagado pela “sociedade do conhecimento”, o pesquisador se vê enredado a produzir conhecimentos úteis e imediatamente disponíveis para o consumo e a “lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea” (HARVEY, 2002, p. 258) desse conhecimento. Caso sua produção fuja das fronteiras desse paradigma permitido e busque compreender os acontecimentos para além de sua existência empírica, seus esforços são previamente julgados como metafísicos, metanarrativos, totalitários.

O discurso da “sociedade do conhecimento”, que se consolida com o século 21, veicula a idéia de um progresso intelectual, de um novo significado e de uma generalização do conhecimento na sociedade graças à globalização e às revoluções tecnológicas sucessivas. Nessa sociedade as qualidades essenciais ao indivíduo são a flexibilidade, a inteligência técnica, a rapidez e a fluidez na busca da informação sempre disponível e, acima de tudo, a capacidade de transformar esse conhecimento em mercadoria de fácil circulação e comercialização.

Esse fenômeno, com coerência lógica, manifesta-se também nos amplos programas educacionais que enfatizam a importância da educação na “sociedade do conhecimento”. Segundo essa orientação, a matriz dos valores, objetivos e conteúdos a serem transmitidos baseia-se na formação de um conjunto de competências, de um “saber-fazer” pragmático que veicula a apropriação do conhecimento à sua imediata transformação em relações de oferta e de demanda.

Nas universidades impõe-se, tanto nas pesquisas como no ensino das várias disciplinas, uma orientação comercial imediata e uma preocupação com aspectos técnicos e úteis das profissões. Na produção do conhecimento, particularmente na educação, observa-se um empobrecimento

gradativo — e algumas vezes até um retrocesso — da teoria nas pesquisas educacionais, o que se constitui num grave equívoco, que pode resultar na desintegração e desqualificação do conhecimento produzido, restringindo e anulando o avanço científico e, o que é mais grave, interditando qualquer análise sobre as condições nas quais esse conhecimento foi produzido.

No entanto, há que se indagar: de que conhecimento e de que sociedade está se tratando? “Vivemos numa sociedade do conhecimento porque somos soterrados por informações. Nunca antes houve tanta informação sendo transmitida por tantos meios ao mesmo tempo. Mas, esse dilúvio de informações é de fato idêntico a conhecimento?”, indaga Kurz (2002, p.1). Para esse autor, numa sociedade cujo conhecimento reflexivo e crítico é tido como infrutífero, ou uma “bobagem filosófica”, e a compreensão do sentido e da finalidade dos atos de cada um se torna impossível, a atividade intelectual só pode resultar num comportamento que corresponda a reflexos condicionados, na manutenção de uma falsa consciência e na aquisição de um pseudoconhecimento. Pragmatismo e ceticismo, adequação empírica e utilidade instrumental, colapso da realidade e interdição da ontologia, em síntese, compõem o dilema do pesquisador em tempos de “sociedade do conhecimento”.

O presente artigo tem o propósito de discutir esse dilema sustentando a idéia de que as incongruências impostas pela sociedade do conhecimento resultam não só da economização de todas as esferas da vida humana, como também são manifestações de uma longa história de interdição da ontologia — sob os auspícios da tradição positivista e idealista — e da teoria na produção do conhecimento científico. Pretende, por um lado, discutir os caminhos teóricos que levaram a tal interdição, examinando a natureza da conexão sociedade e atividade consciente e, por outro, apresentar uma crítica a essas incongruências a partir da contribuição de autores como Thompson, Bhaskar e Lukács que, à luz do materialismo histórico, analisam essa relação assinalando a primazia da ontologia no processo de conhecimento da realidade. Antes de levantar a questão epistemológica que visa tornar as sociedades possíveis objetos de conhecimento, propõe Bhaskar (1998, p.1), é preciso perguntar “quais as propriedades das sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós”?

Interessa sublinhar — de acordo com Lukács (1984, p.2) — que se de fato a ciência não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados as verdades ontologicamente fundadas, então

sua atividade se reduz em última análise a sustentar a práxis no sentido imediato e transformar os fatos numa manipulação generalizada.

Realismo empírico x realismo crítico: desqualificação x primazia da ontologia

Como se conhece a sociedade? Qual a natureza da conexão sociedade e atividade consciente? E quais as tendências da corrente do pensamento social para explicar essa conexão? Essas indagações têm permeado a discussão nas Ciências Sociais de sua origem aos dias atuais. Pode-se afirmar que a produção do conhecimento na área, visando constituir respostas consistentes e coerentes com o debate, vincula-se a três grandes correntes de pensamento: o positivismo, o idealismo e o marxismo.

As duas primeiras correntes, embora contrapostas, pressupõem ou praticam, de modo explícito ou subentendido, semelhante ontologia apesar de “aparecerem com a pretensão de perfeita neutralidade em todas as questões relativas à concepção de mundo, de deixar simplesmente em suspenso todo o ontológico.” (LUKÁCS, 1984, p.6). A terceira concepção, o marxismo, por sua vez, contrasta com as anteriores tendo em vista que procura sublinhar a primazia da ontologia¹.

Há que se considerar, todavia, que todo saber se constrói articulado a uma visão de mundo, quer dizer, um determinado saber está sempre vinculado, de maneira complexa e nem sempre consciente, a uma ontologia, a uma compreensão da realidade, como um pano de fundo que lhe confere sentido. Lukács (1984) assinala que a práxis humana, por necessidade, precisa conhecer o ser das coisas e por isso não pode se limitar ao ser imediato, empírico do mundo. Marx (1998, p.18-19) afirma que a atitude dos indivíduos diante do conhecimento está sempre determinada ontologicamente:

As representações aceitas por estes indivíduos são idéias quer sobre as suas relações com a natureza, quer sobre as relações que estabelecem entre si ou quer sobre sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, tais representações constituem expressão consciente – real ou imaginária – das suas relações e atividades reais, da sua produção, do seu comércio, do seu (organização) comportamento político e social. [...] Se a expressão consciente das condições de vida reais

desses indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, esse fenômeno é ainda uma consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações sociais deficientes que dele resultam.

Para Bhaskar (1998, p.6) na teoria sociológica comumente se delimita uma linha divisória entre o pensamento representado por Weber — que extrai do historicismo neokantiano a concepção de que os valores são determinantes na investigação da realidade social, pois para ele os objetos sociais são vistos como resultado de (ou constituídos por) um comportamento humano intencional e significativo — e o representado pelo positivismo de Durkheim, para o qual os objetos sociais possuem uma vida própria coercitiva e externa ao indivíduo e cujos escritos enfatizam a imutabilidade das leis naturais da sociedade.

Este último, no artigo *Objetividade e identidade na análise da vida social* de Durkheim (1978, p. 26), assim se posiciona:

Se a síntese *sui generis* que constitui toda sociedade desenvolve fenômenos novos, diferentes daqueles que se passam nas consciências solitárias (ponto cuja admissão já alcançamos), concorde-se também que a sede de tais fatos específicos é a própria sociedade que os produz, e não as partes desta, isto é seus membros. Tais fatos são, pois, nesse sentido, exteriores às consciências individuais consideradas como tais, do mesmo modo que os caracteres distintivos da vida são exteriores às substâncias minerais que compõem o ser vivo.

Contra essa concepção, as idéias neokantianas de Weber reafirmam a existência de um singular mundo pensado, no qual a concreticidade é concebida como produto da atividade cognitiva e subjetiva do homem. Logo, a realidade empírica torna-se significativa para o indivíduo, considerando que assume uma relevância valorativa.

Weber (1949 apud LOEWITH, 1978, p.145) afirma que

O tipo de Ciência Social no qual estamos interessados é uma ciência empírica da realidade concreta. Nosso alvo é o entendimento da

singularidade característica da realidade na qual nos movimentamos. Desejamos entender, por um lado, a relação e a importância cultural de acontecimentos singulares em suas manifestações contemporâneas e, por outro, a causa de serem historicamente dessa forma e não de outra.

Durkheim defende uma concepção coletivista de sociologia – o conceito de natureza coletiva dos fenômenos sociais – combinada com uma metodologia positivista, baseada na primazia dos fatos cuja natureza não é modificável pela vontade.

Nossa regra não implica, pois, nenhuma concepção metafísica, nenhuma especulação a respeito do que há no mais profundo do ser. O que reclama do sociólogo é que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico. É necessário que, ao penetrar no mundo social, ele tenha consciência de que penetra no desconhecido; é necessário que se sinta em presença de fatos cujas leis são tão desconhecidas quanto o eram as da existência antes da constituição biológica; é preciso que se mantenha pronto a descobertas que hão de surpreendê-lo e desconcertá-lo. (DURKHEIM, 1978, p.24).

Weber, por sua vez, combina uma metodologia neokantiana com uma concepção essencialmente individualista de sociologia, pois considera o social como produto da vontade humana e das concepções individuais de mundo. Para ele a “ação social” orienta-se pelas ações de outros.

Os “outros” podem ser individualizados e conhecidos ou então uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o “dinheiro”, por exemplo, significa um bem – de troca – que o agente admite no comércio porque sua ação está orientada pela expectativa de que outros muitos, embora indeterminados e desconhecidos, estarão dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura). (WEBER, 1978, p.139).

A despeito, portanto, de suas diferenças, as duas concepções — positivismo e idealismo — reduzem o mundo à experiência sensível ou, nos termos de Lukács, substituem a ontologia pela gnoseologia (ou, melhor ainda, ao invés de eliminá-la, reduzem-na ao sensível e ao empírico).

No primeiro caso, o mundo esgota-se nas impressões e sensações colhidas pelo sujeito. No segundo, o mundo é construído a partir das impressões e sensações e, apesar do papel ativo do sujeito, a matéria prima consiste ainda das mesmas sensações e impressões. (DUAYER; MEDEIROS; PAINCEIRA, 2000, p. 6).

De acordo com Lukács (1984, p.6) o positivismo apossa-se da herança do idealismo subjetivo ao propor a neutralidade em todas as questões relativas à concepção de mundo.

O idealismo subjetivo erigiu um singular mundo pensado, diverso para cada um de seus representantes de relevo, no qual a concreticidade, que se apresenta como uma efetividade dada, é em essência concebida como produto da subjetividade cognoscente, enquanto o em-si deve permanecer seja como um fantasma inalcançável, seja como um além mantido abstrato para todo conhecimento.

Para ele, essa renúncia voluntária a uma visão de mundo não se deve à necessidade de ceder lugar a uma outra, mas, pelo contrário, deve-se à estrita negação da relação das ciências com o real. Na concepção de Bhaskar (1998), esse empirismo residual — ou realismo empírico — presente tanto no positivismo como no idealismo, restringe e anula qualquer possibilidade de avanço da ciência. Nas duas versões a ciência só pode consistir da manipulação formalista do empírico e as teorias assim construídas justificam-se por sua adequação empírica e por sua utilidade instrumental.²

Duayer, Medeiros e Pinceira (2000, p.11), esclarecendo as críticas de Bhaskar à “eficácia instrumental” do realismo empírico, afirmam que essa renúncia ao conhecimento do mundo, particularmente nas Ciências Sociais, equivale a interditar ao ser humano qualquer cogitação

sobre as condições de sua vida. “Como a sociedade sempre se transforma, as transformações terão que ser sempre uma surpresa e jamais produto da atividade humana consciente.”

No curso de desenvolvimento humano, o conhecimento seguiu dois caminhos que se entrelaçaram, diz Luckács (1984, p.8). Numa perspectiva, “os resultados da práxis, corretamente generalizados, integravam-se à totalidade do saber até então obtido,” constituindo-se numa força motriz decisiva para a produção científica e para a ampliação da concepção humana do mundo; noutra, permanecia-se restrito

à direta utilizabilidade, para a práxis imediata dos conhecimentos adquiridos na prática, vale dizer, contentava-se — para empregar uma expressão moderna — em poder manipular determinados complexos objetuais com a ajuda daqueles conhecimentos práticos.

Para o autor, as duas tendências aparecem muitas vezes combinadas e

quanto menos desenvolvida era a ciência, tanto maior devia ser a frequência com que se enquadravam em falsas teorias gerais, mesmo sem a intenção de manipulação, conhecimentos que funcionavam corretamente na imediatez. (LUCKÁCS, 1984, p.8).

O que se verificou na realidade foi a elevação da manipulação a método soberano da filosofia científica, afirma o autor. Desse modo, a recusa do positivismo e do idealismo a toda e qualquer ontologia significa, simultaneamente, a proclamação da superioridade da manipulação sobre qualquer tentativa de compreender a realidade.

A crítica ao realismo empírico apresentada por Bhaskar e Lukács permite pensar no paradigma da “sociedade do conhecimento” e estabelecer relação com os principais indicadores propostos para essa sociedade. Analisando a obra de Terra (2000), por exemplo, na qual o autor discorre sobre os “indicadores das sociedades do conhecimento” e propõe modelos de gestão do conhecimento como o grande desafio empresarial, pode-se observar a manifestação dessa tendência ao associar a produção do conhecimento à manipulação formalista do empírico.

Este autor descreve o trabalho de Nonaka e Takeuchi (1995), *The Knowledge Creating Company*, como aquele que mais consegue desenvolver um modelo coerente, considerando que “relaciona o processo de inovação aos conhecimentos tácitos e explícitos existentes em uma organização.” Afirma Terra (2000, p.66) que

...o modelo ocidental reconhece, primordialmente, como conhecimento útil, aquele que pode ser formalizado, sistematizado, e facilmente comunicável, ou seja, o conhecimento explícito. Já no modelo japonês, o fato de o conhecimento ser o resultado do processamento de informações e do aproveitamento dos *insights* subjetivos e das intuições de todos os funcionários, implica que o conhecimento tácito é amplamente aceito e constitui-se no ponto de partida do processo de inovação.

As empresas “criadoras de conhecimento” seriam, pois, aquelas que convertem o “conhecimento explícito e implícito” em novos conhecimentos por meio de quatro procedimentos:

- a) socialização: que consiste no compartilhamento de experiências pela prática de treinamento no local de trabalho, sessões informais e *brainstormings*, e interações com os clientes;
- b) externalização: que permite a articulação do conhecimento tácito em explícito pelo uso freqüente de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses e modelos;
- c) combinação: que se baseia na troca de informações explícitas e no paradigma da tecnologia da informação, pois envolve o uso de mídias;
- d) internalização: esse último preconiza o processo do *learning by doing*, no qual os sujeitos passam a vivenciar o resultado prático do novo “conhecimento”, ou seja, desenvolvem um conhecimento operacional. (TERRA, 2000, p. 67-68).

Para Bhaskar (1994), o que está pressuposto no realismo empírico é uma ausência em três dimensões: a ausência de diferenciação, de profundidade e de futuro aberto. A ausência de diferenciação significa a homogeneização da realidade pela experiência; a ausência de profundidade, por sua vez, representa a limitação do real ao nível do imediato,

suprimindo sua compreensão para além do empírico; a ausência do futuro aberto indica a impossibilidade da emergência do novo.

Sabe-se que as aparências do “conhecimento útil” não revelarão sua significação espontaneamente e por si mesmas, nem, tampouco, pela vivência da socialização, externalização, combinação e internalização. É preciso compreender que a significação dessa sociedade e desse conhecimento só pode ser desvendada pelo exercício árduo do embate entre o pensamento e seu material objetivo.

Os fatos estão ali, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações por si mesmos, e independentemente dos procedimentos teóricos. (THOMPSON, 1981, p.37).

Manifesta-se aqui uma convergência entre o pensamento de Thompson, de Lukács e de Bhaskar no que diz respeito à idéia de que a realidade existe independente de qualquer esforço cognitivo do sujeito ou até mesmo de sua existência — o que sublinha a dimensão ontológica defendida pelo materialismo histórico. No entanto, essa idéia merece ser mais bem compreendida.

Lukács (1990, p. 3) afirma que é nos fatos mais simples da vida cotidiana que se situa o ponto de partida para compreender o ser social no seu sentido ontológico. “Cada pensamento, cujas premissas e conclusões perdem este pensamento último, em sua globalidade, em seus resultados finais, não pode senão dissolver-se no subjetivismo.” No entanto, tal pensamento se confronta com o fato de que nessa vida cotidiana o ser real se apresenta em termos muito deformados. Sabe-se que, em parte, o modo como o fenômeno se mostra em um nível imediato oculta o que lhe é realmente essencial; em parte nós mesmos projetamos no ser determinações que lhe são totalmente estranhas e, em parte, ainda, tomamos como sendo o ser verdadeiro os meios que utilizamos para conscientizar-nos de determinados momentos seus. E salienta:

É necessário tomar os movimentos da imediatividade da vida cotidiana, mas ao mesmo

tempo ir mais longe para poder colher o ser como genuíno em-si. (...). Somente a referência recíproca desses dois pontos de vista, em aparência contrapostos, tornam possível aproximar-se ao que o ser, enquanto existente, verdadeiramente é. (LUKÁCS, 1990, p.3).

Quanto às idéias de Bhaskar, pode-se, para melhor compreendê-las, recorrer ao modelo de conexão pessoa/sociedade que ele denominou de *transformacional*. Esse modelo, como também as idéias de Lukács e de Thompson, se fundamenta na concepção marxiana que busca articular uma ontologia realista a uma sociologia relacional.

Bhaskar (1998, p. 9) defende o pressuposto de que a sociedade está para os indivíduos como algo que eles nunca formam, mas que existe apenas em virtude da atividade dos mesmos. Vejamos sua explicação:

O modelo da conexão sociedade/pessoa que eu estou propondo poderia ser sintetizado da seguinte forma: as pessoas não criam a sociedade. Afinal, ela sempre pré-existe às pessoas e é uma condição necessária para as atividades das pessoas. Ao contrário, a sociedade deve ser considerada como um conjunto de estruturas, práticas e convenções que os indivíduos reproduzem ou transformam, mas que não existiria a menos que eles assim o fizessem.

Desse modo, a sociedade não existe como um sistema cuja natureza a atividade humana não pode modificar (o que é um erro de reificação em Durkheim), mas também não é produto da vontade do homem (como entende o voluntarismo de Weber). Ao contrário, pode-se entender que a sociedade está sempre feita e qualquer práxis humana pode somente modificá-la ou reproduzi-la.

O pesquisador, ao pensar essa conexão, precisa compreender o caráter *dual* da sociedade e da práxis humana. Nesse sentido, a sociedade configura-se ao mesmo tempo como *condição* material previamente presente, mas também como *resultado* continuamente reproduzido da atividade humana. E a práxis se constitui em trabalho entendido tanto como *produção* consciente que transforma as condições existentes, quanto como *reprodução* (na maioria das vezes inconsciente) das condições de produção existentes.

Procurando distinguir nitidamente a gênese das ações humanas, por um lado, das propriedades da sociedade, por outro, Bhaskar (1998, p.8) esclarece as propriedades que definem a pessoa. Essa, segundo o autor, caracteriza-se – como os demais animais superiores – como dotada de sistemas neurofisiológicos (desenvolvidos socialmente), que lhe permitem não somente “iniciar mudanças de forma intencional, monitorar e controlar suas atuações, mas também monitorar a monitoração de tais atuações e ser capaz de emitir comentários acerca das mesmas.”

Nesse sentido a intencionalidade e, por vezes, a autoconsciência caracterizam as ações humanas. Porém, é importante considerar que o domínio dessas propriedades pelas pessoas não determina que possam produzir, então, as transformações na estrutura social. Há que se considerar que essa última, por sua vez, possui em sua gênese propriedades muito diversas daquelas possuídas pelos indivíduos de cuja atividade dependem. Assim, quando as estruturas sociais se modificam, a explicação para esse feito não reside nas intenções dos sujeitos que atuam modificando-as, “embora, sob um limite político e teórico muito importante, eles *possam* fazê-lo.” (BHASKAR, 1998, p.9).

Pode-se evidenciar aqui um importante ponto de articulação entre as idéias de Bhaskar e as de Thompson. Idéias que se constituem tendo como fundamento o exercício de compreender a ambivalência da presença do homem em sua própria história – parte sujeito, parte objeto –, protagonista cuja atividade está determinada por condições que são dadas. Nesse sentido, Thompson caracteriza a história como prática humana, porém, não autonomamente dominada, e explica tal concepção utilizando-se do conceito de *experiência*:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: a “experiência humana”. [...]. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” dessa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem

sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182).

Como se pode observar, no conceito de experiência explicita-se concepção marxista de que o “ser social” determina a “consciência social”. Como afirma Marx (1998, p.18), “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”, o que nos permite compreender a noção da presença relativamente autônoma do homem na produção da história. No entanto, mesmo tendo consciência de que a estrutura ainda domina a experiência, é preciso compreender que sua influência determinada também é pequena, pois pode ser apenas relativamente autônoma. “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação.” (THOMPSON, 1981, p.189).

Bhaskar (1998, p.9), por sua vez, definindo o caráter dual da sociedade e da atividade humana, faz o seguinte esclarecimento:

A concepção que estou propondo é de que as pessoas, em sua atividade consciente, em sua maioria, reproduzem inconscientemente (e ocasionalmente transformam) as estruturas que governam suas atividades substantivas de produção. Dessa maneira, as pessoas não se casam para reproduzir a família nuclear, nem trabalham para sustentar a economia capitalista. Contudo, isto é, não obstante, a consequência não intencional (e o resultado inexorável) de, assim como é também uma condição necessária para, sua atividade.

Salienta que a atividade de reprodução e/ou transformação da sociedade, embora na maioria das vezes se dê de modo inconsciente, representa, não obstante, um *feito*, uma ação hábil de sujeitos ativos, e não uma “estreita determinação” que “movimenta os homens como coisas”, como diria Thompson. Nesse movimento a sociedade proporciona as condições necessárias para a ação humana intencional e esta última é condição necessária para a sociedade. Entretanto, nenhuma delas pode ser reduzida a, ou explicada em termos de, nem tampouco reconstruída a partir da outra. Nessa relação, conclui Bhaskar (1998), existe, simultaneamente, um hiato ontológico e um modo de conexão importante entre a sociedade e as pessoas.

O modelo transformacional da atividade social, proposto por Bhaskar, requer uma concepção *relacional* do objeto das Ciências Sociais pelo pesquisador. Nessa concepção, a sociedade deixa de ser compreendida como soma da pluralidade de indivíduos ou, ainda, como um fenômeno exterior a eles, para ser entendida como expressão das relações no interior das quais os indivíduos e grupos estão imersos.

Por essa razão, o movimento da produção científica não pode ater-se ao imediato da vida social, mas consiste em “ir do movimento dos fenômenos manifestos da vida social, como conceituado na experiência dos agentes sociais em questão, para as relações essenciais que os pressupõem.” (BHASKAR, 1998, p.1). Os sujeitos podem ou não ter consciência dessas relações, mas cabe à Ciência Social iluminar tais relações de modo a tornar-se emancipatória ao invés de manipuladora.

Se as estruturas são continuamente reproduzidas e/ou transformadas e se existem somente em decorrência de e se são somente exercidas em uma ação humana, dado o hiato e a conexão que definem a relação pessoa/sociedade, afirma Bhaskar (1998, p.13),

fica evidente que necessitamos de um sistema de conceitos mediadores que possam abranger ambos os aspectos da dualidade da práxis, designando as “fendas” como eram, na estrutura social dentro das quais os sujeitos ativos devem deslizar afim de reproduzi-la; isto é, um sistema de conceitos determinador do “ponto de contato” entre a ação humana e as estruturas sociais . (...). Fica claro que o sistema mediador de que precisamos é aquele das posições (lugares, funções, regras, tarefas, deveres, direitos etc.) ocupadas (preenchidas, assumidas, exercidas etc.) pelos indivíduos, e das práticas (atividades etc.) nas quais, em virtude de sua ocupação destas posições (e vice-versa), eles se engajam.

O autor salienta que, do ponto de vista das Ciências Sociais, o que interessa estudar são as *relações* fincadas entre as *posições* e as *práticas sociais* e não entre os indivíduos que dela se ocupam ou que nela se engajam.

A esse respeito, Thompson, em uma analogia, discute o trabalho do historiador e do antropólogo diante da tarefa de conhecer a sociedade. Relaciona a atividade desses pesquisadores à posição de um observador

diante de um jogo complexo, cujas regras são a princípio ininteligíveis, mas que poderão ser inferidas por um trabalho de observação cuidadosa e continuada. Nesse sentido afirma:

As sociedades (...) podem ser vistas como “jogos” muito complexos, oferecendo por vezes indícios muito materiais de seu caráter (a cesta, o gol, as equipes), às vezes são governadas por regras visíveis (códigos e constituições), e, outras, governadas por regras invisíveis tão profundamente conhecidas pelos jogadores que não são nunca mencionadas, e devem ser inferidas pelo observador. Por exemplo, os jogadores raramente matam o juiz. Toda a vida se processa dentro de “estruturas” dessas regras visíveis e invisíveis, que proíbem tal ato e atribuem uma significação simbólica especial àquele outro. (THOMPSON, 1981, p.169).

E continua:

Uma vez lidas ou deduzidas as regras de um jogo, podemos então atribuir a cada jogador seu papel ou função nele. O jogador é (nos termos dessas regras) o portador do jogo, um elemento dentro de sua estrutura – um meia-direita ou um goleiro. É exatamente nesse sentido que podemos dizer que o “trabalhador” é o portador das relações de produtividade. (THOMPSON, 1981, p. 169-170).

Como se pode depreender dessas concepções, qualquer investigação fundamentada em pressupostos ontológicos e epistemológicos tem como eixo norteador o estudo dos fenômenos em movimento, nas suas manifestações contraditórias, nos seus procedimentos de análise que estão em constantes modificações como os movimentos do evento histórico. Ao assim fazê-lo permite situar “a possibilidade de interesses diferentes (e antagônicos), de conflitos dentro da sociedade e, portanto, de transformações motivadas pelo interesse na estrutura social.” (BHASKAR, 1998, p.14).

Tal compreensão constitui-se em um instrumento essencial para compreender a naturalização da “sociedade do conhecimento” e as relações que engendram essa prática social. Complexo jogo cujas regras

podem ser, indiciariamente, deduzidas pelo exame detalhado de acontecimentos históricos, notadamente os que se revelam a partir década de 1980 e se acentuam nos anos de 1990, determinantes para a consolidação desse modelo de sociedade e para a penetração do capitalismo em todos os âmbitos da vida social.

Estamos nos referindo à inflexão histórica marcada pela aliança neoliberal de Ronald Reagan (1980) e Margaret Thatcher (1979), pelo desmantelamento da União Soviética (data?), pela queda do muro de Berlim (1989), pelo fortalecimento das redes de informação – que gerou uma mudança drástica no discurso conservador –, pelas revoluções tecnológicas sucessivas que proporcionaram os meios para a disseminação desse espírito de comercialização do conhecimento. “O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas organizadas em bases competitivas.” (HARVEY, 2002, p.150).

Sevcenko (2000) oferece importantes contribuições para compreender esses acontecimentos. Afirma, por exemplo, que o ano de 1975 – quando “os circuitos integrados alcançaram o pico de 12 mil componentes” – representa um marco para o fortalecimento da nova era que estava surgindo, na qual a revolução da microeletrônica assumiu uma aceleração explosiva. A partir dessa data, passamos por algo como dez revoluções tecnológicas no espaço de duas décadas e meia.

Esse contexto “fortuito”, na concepção do autor, proporcionou os meios para que

...Reagan-Thatcher consolidassem a agenda conservadora, retraindo a ação do Estado em favor das grandes corporações e do livre fluxo de capitais, abalando os sindicatos, disseminando o desemprego, rebaixando a massa salarial e concentrando a renda. Foi a grande epidemia das privatizações, das reengenharias e das flexibilizações. Apoiada na dramática mudança tecnológica, essa onda foi tão poderosa que acabou forçando a mudança do discurso das oposições. (SEVCENKO, 2000, p.6).

Em face desses acontecimentos parece fácil compreender porque a educação, a ciência e a tecnologia definem a marca dessa nova era e

“a eficiência”, o dogma desse “inexorável destino manifesto”. E afigura-se paradoxal que a ciência, tão fundamental nessa “sociedade do conhecimento”, descarte a necessidade da reflexão, da crítica, do enfrentamento com o instituído, da interpretação ou apreensão concreta da realidade. Esse tipo de conhecimento, nos novos tempos, assume tão somente um valor abstrato, pois não se trata mais de apreender a realidade, mas de construí-la intelectualmente, atribuindo à tecnologia poderes ilimitados ou, ainda, manipulá-la na sua aparência fugaz e imediata.

No entanto, “uma consciência sem história, voltada para a atemporalidade da ‘inteligência artificial’, tem de perder qualquer orientação. A sociedade do conhecimento, que não conhece nada de si mesma, não tem mais nada a produzir senão sua própria ruína”, enfatiza Kurz (2002, p.4). Desse modo, em face das pressões pela competição e exploração do conhecimento técnico e científico, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, as tentativas de tornar o conhecimento acessível para todos tendem, cada vez mais, a aprofundar o lado negativo da contradição capitalista, ou seja, sua desapropriação e destruição.

Notas

- 1 Nessa corrente de pensamento são vários os autores que assumem a primazia da ontologia nas suas concepções. Nesse estudo pretendo aprofundar as idéias de Bhaskar, Lukács e Thompson. Pode-se mencionar, no entanto, outros autores, tais como: Searle, Salmon, Kripke, Hacking, entre outros.
- 2 Na concepção desse autor as várias escolas de pensamento social – fenomenologia, existencialismo, funcionalismo, estruturalismo etc. –, com algumas variações, podem ser vistas como exemplos destas posições. Também Thompson (1981, p.46) encontra uma “compatibilidade notável entre o estruturalismo idealista de Althusser e o ‘empirismo fraco’ de Popper”. Revela que ambos, ao dignificarem a teoria por um lado e a lógica experimental por outro, acabam ficando com as aparências, uma vez que “ambos começaram negando que estas sejam a inscrição de uma realidade ulterior, de relação e de práticas, cuja significação só pode ser desvendada depois de um árduo interrogatório.”

Referências

- BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER et al. *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998. Tradução preliminar de: Mário Duayer. Niterói: UFF, 2000.
- _____. *Plato, etc.: the problems of philosophy and their resolution*. London: Verso, 1994.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P. *Dilema da "Sociedade salarial": realismo ou ceticismo instrumental*. Rio de Janeiro: UFF, 2000.
- DURKHEIM, E. Objetividade e identidade na análise da vida social. In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, M. M. (Comp.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2002. Caderno Mais!, + autores, p.1-4.
- LOEWITH, K. Racionalização e liberdade: o sentido da ação social. In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, M.M. (Comp.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- LUKÁCS, G. *Neopositivismo*. Tradução preliminar de: Mário Duayer. Rio de Janeiro: UFF, [19--?]. Título original: Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Darmstadt: Luchterhand, 1984.
- _____. *Prolegômenos a ontologia do ser social*. Tradução livre de: Celso João Carminati e Vidalcir Ortigara. Florianópolis: UFSC, [19--?]. Título original: Prolegomeni All' Ontologia dell' Essere Sociale: questioni de principio di un' ontologia oggi divenuta possibile.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SEVCENKO, N. O professor como corretor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jun. 2000. Caderno Mais!, p.6.
- TERRA, J. C. C. *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial – uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WEBER, M. Ação social e relação social. In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, M. M. (Comp.) *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

Dilemmas of the scientific production in the “society of knowledge”: the collapse of reality into empiricism and the ontological interdiction.

Dilemas de la producción científica en la “sociedad del conocimiento”: el colapso de la realidad en lo empírico y la interdicción de la ontología

Abstract:

The aim of this article is to discuss the relationship subject/society/knowledge and to examine how such relationship permeates the paradigms of the “society of knowledge”. The basic premise of these paradigms emphasizes empiricism and the instrumental utility of knowledge, eradicating theoretical thought and interdicting ontological cogitation. The article indicates that it is appropriate to argue about the nature of that relationship, especially because of its influence on educational research where one can notice the gradual movement that suppresses theory and makes the apology of practical competences. Trying to invert priorities, instead of asking what is the “the society of knowledge” the article examines the properties societies possess that might make them possible objects of knowledge for us. It searches in Thompson’s, Bhaskar’s and Luchács’s contributions the theoretical-methodological underpinning for the understanding of the subject.

Key words: Society of knowledge; Ontology; Empiricism; Knowledge, Theory of.

Resumen:

El artículo discute la relación sujeto/sociedad/conocimiento examinando cómo esa relación se interpone en los paradigmas contemporáneos de la “sociedad del conocimiento” cuya premisa básica hace prevalecer la empiria y la utilidad del conocimiento, expurgando la teoría e impidiendo cualquier cogitación ontológica. Parece apropiado pensar sobre la naturaleza de esa relación, en especial en el campo educativo, influenciado por un movimiento gradual de supresión de la teoría en las investigaciones educacionales favoreciendo así, la formación de competencias prácticas. En una inversión de prioridades, el artículo no se pregunta sobre el lugar de la “sociedad del conocimiento”, pero sí se pregunta cómo “conocer la sociedad” buscando en las contribuciones de Thompson, Bhaskar y Luckács, los principios teórico-metodológicos para comprender esa cuestión.

Palabras-claves: Sociedad del conocimiento; Ontología, Empirismo; Teoría del conocimiento

Regina Célia Linhares Hostins
Rua Patrício Antônio Teixeira, 317
Bairro Carandá - CEP 88160-000
Biguaçu - SC - Fone (48) 279-9500
E-mail: reginalh@terra.com.br

Recebido em: 27/08/2003
Aprovado em: 18/09/2003